

Comissão de deputados entregará hoje documento à ONU, em Genebra

HUGO MARQUES

BRASÍLIA - A Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e a Procuradoria dos Direitos do Cidadão entregam hoje à Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, um relatório denunciando "violações" dos direitos econômicos, sociais e culturais no Brasil. O relatório, elaborado a partir de consultas a quase 2 mil representantes da sociedade civil, inclui assassinatos de índios, falta de acesso dos negros ao mercado de trabalho e redução das verbas governamentais para algumas áreas sociais.

O relatório, de 150 páginas, é resultado de uma compilação de dados oficiais e levantamentos feitos com entidades civis. O documento, intitulado Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), foi elaborado em substituição aos relatórios que o governo brasileiro deixou de apresentar desde 1992 à ONU, sobre os direitos sociais no País, cumprindo as determinações do organismo.

A metodologia do relatório paralelo seguiu o modelo do Manual de Preparação de Informes sobre Direitos Humanos da ONU, segundo os organizadores. Há uma lista de 16 temas em que os direitos do cidadão estariam sendo desrespeitados no País, incluindo trabalho e sindicalização, descanso e lazer, povos indígenas e minorias, situação agrária, saúde, alimentação e moradia, entre outros.

Minorias - Com base em dados do governo e de entidades sindicais, o relatório mostra que em várias capitais os ne-

gros têm menos acesso ao mercado de trabalho. Em São Paulo, diz o relatório, 22% dos trabalhadores negros estão desempregados, enquanto o percentual de brancos sem trabalho é de 16%. Em Belo Horizonte, o percentual de negros desempregados é de 17%, ante 13% de brancos, segundo o documento. A ONU determina que os países garantam todos os direitos sem discriminação de raça, cor ou sexo.

O relatório mostra que, entre 1993 e 1998, foram mortos 194 índios no País. Entre os exemplos específicos de "massacres" estão as mortes de índios tucunas e ianomâmis, assassinados por fazendeiros, madeireiros e garimpeiros.

O relatório também sustenta que, ao longo dos anos, vem ocorrendo uma redução no volume de recursos para a questão indígena. Segundo o documento, o governo anunciou em seu orçamento R\$ 39 milhões para a política de atendimento às populações indíge-

nas, mas só aplicou R\$ 28 milhões.

A decisão de fazer o relatório foi tomada na 4.ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em maio do ano passado, em Brasília. De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Marcos Rolim (PT-RS), o Brasil nunca apresentou o relatório bianual à ONU, desde que referendou o pacto, em 1992.

O subprocurador-geral da República, Wagner Gonçalves, que acumula o cargo de procurador dos Direitos do Cidadão, ajudou a elaborar o relatório e acredita que o documento vai servir de referencial para a ONU analisar as informações que vierem a ser apresentadas pelo governo federal. A elaboração do relatório teve a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Movimento Nacional de Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), entre outras entidades.

'NEGROS
SOFREM
MAIS COM
DESEMPREGO'

Relatório denuncia violação de direitos no País

CIDADANIA

Márcos Rolim
Humanos